

## **Entrevista Responsável do Bloco de Esquerda**

Bloco de Esquerda

Círculo eleitoral: Lisboa

Legislaturas: IX-XII

Entrevista: 23/01/2018, ISCTE

Nota: pediu especificamente para a entrevista ser anónima

### **Como é o contacto entre os deputados e os cidadãos? Quais são os instrumentos mais utilizados para o contacto entre os cidadãos e os deputados?**

Primeiro, o e-mail veio transformar essas relações. Ou seja, há muita gente que escreve diretamente para o deputado. Apanha o seu email no parlamento e escreve-lhe diretamente e coloca-lhe a questão e depois a conversa segue a partir daí. Claro que o e-mail do deputado depois é inundado de 400 mil coisas que às vezes não têm qualquer interesse, mas há não sei quantas mensagens que vêm de cidadãos que colocam questões importantes e às quais o deputado vai tentando responder. Depois, eu creio que hoje nenhum deputado não tem páginas nas redes sociais e, portanto, o Facebook transformou-se também num potencial de contacto direto com os cidadãos. E depois a própria participação que o deputado tem em várias iniciativas da sociedade civil, de convites que lhe são feitos e em que contacta diretamente, visitas, instituições que requerem visitas, e depois as iniciativas que entram dentro do parlamento, petições, em particular, são um momento em que os deputados também contactam com os cidadãos. Digamos que é esta panóplia de participações em encontros, saídas do parlamento, visitas, reuniões de partido, comícios, há todo um conjunto de momentos e instrumentos que permitem esse contacto.

### **E quem inicia mais o contacto?**

Tendencialmente são os cidadãos, a não ser que o deputado esteja interessado numa determinada área e nesse sentido contacta, mas contacta em geral organizações da sociedade civil: queremos trabalhar sobre esta matéria, gostávamos de ouvir o vosso contributo para tal, tal e tal. Na altura em que eu estive no parlamento, eu estive na área da educação, nós fizemos uma coisa até um pouco... enfim metodologicamente não era o ideal, mas foi o que nós conseguimos. Nós tínhamos a perceção que, quando a Maria de Lurdes Rodrigues se tornou Ministra da Educação e houve um conjunto de alterações na área da educação, que havia uma – [através de] ecos que nos chegavam dos professores - uma sobrecarga de trabalho, mas nós não conseguíamos bem determinar isso e não havia dados disponíveis. E aquilo que nós fazemos é: construímos um inquérito e lançamos um inquérito para um conjunto de professores que nós conhecíamos ou que nos tinham escrito e fizemos uma espécie de amostragem por bola de neve, ou seja, pedimos as pessoas: preencha este inquérito e reenvie aos seus contactos. Claro que as pessoas que nos responderam são as pessoas que estão mais motivadas ou que seguiram a partir das nossas próprias redes de contacto, com uma determinada orientação política, mas na altura aquilo deu-nos uma perceção de qual era o número de alunos que um professor tinha num ano, quantos anos letivos dá, qual era a carga horária, um conjunto de indicadores sobre o trabalho

dos docentes que nós não conseguíamos encontrar de outra forma. E nesse sentido fomos nós que fomos à procura desses dados junto de uma profissão.

**Portanto este contacto está relacionado com a comissão em que os deputados estão inseridos. E o círculo eleitoral?**

O círculo eleitoral de Lisboa é um círculo muito próprio. Enquanto eu creio que os deputados que são eleitos pelos outros círculos têm mais questões diretamente relacionadas com o seu distrito de eleição, os deputados de Lisboa são uma espécie de deputados nacionais e as pessoas tendem a não escrever tanto enquanto círculo de Lisboa.

**E os eleitores distinguem a comissão/área de especialização quando contactam?**

Sim. Há duas situações. Ou sabem que é da daquela área e aquela comissão e, portanto, escrevem sobre matérias daquela comissão ou a partir do momento em que o deputado participa mais em debates públicos, nomeadamente televisão, recebe um conjunto muito variado de [perguntas], as pessoas viram na TV, sabem que é de determinado partido, querem dizer não sei quê, escrevem. Aquilo que o deputado faz, ou que eu fazia, era conseguia responder a determinadas coisas, coisas que eram muito específicas de uma determinada área, da saúde, da justiça, eu reenviava ao deputado do meu grupo parlamentar que trabalhava naquela comissão, dizia “sobre esta matéria não o consigo ajudar, mas vou reenviar ao o seu email para o deputado tal que tem acompanhado estas coisas”. Pronto, fazíamos assim.

**Em que se traduzem estes contactos? Além de conhecer os problemas...**

Muitas vezes traduzem-se em iniciativas. Muitas vezes são coisas que nós percebemos que ainda nunca foram tratadas e, portanto, é possível avançar com uma iniciativa a partir dali ou trazer um determinado debate sobre aquilo, outras vezes são questões mais processuais, querer saber como é que está a acontecer isto. Ou perguntar, mas porque é que nunca ninguém falou sobre isto e nós dizemos: nós já apresentámos um projeto, envio-lhe aqui, diga-nos as suas sugestões e as suas críticas. Ou seja, fazer essa gestão. Agora, houve coisa que de facto sugeriram muito a partir de coisas que vieram [dos contactos]. Na minha comissão de educação, quando começa a crise em 2011, uma das coisas que me fazia impressão era os professores [que] vinham dizer que sentiam que em determinados contextos mais empobrecidos havia situações de crise familiar grave, ou seja, famílias em que só havia uma pessoa empregada, essa pessoa perdia o emprego e havia uma espécie de desregulação familiar. E que havia miúdos a chegar à escola com fome de manhã e que desmaiavam nas aulas e, portanto, nós fizemos logo em 2011 ou 2012 uma proposta de fornecimento de pequeno-almoço gratuito nas escolas e isso foi uma coisa claramente que surgiu dos relatos dos professores. Foi um programa que depois na altura foi chumbado e a seguir o governo instituiu depois de chumbar a nossa iniciativa. Acabaram por fazer.

**Houve alteração dos contactos em termos de quantidade e temas durante este período da crise?**

Desemprego, incapacidade de pagar o crédito a habitação e perder a casa, entregar a casa e

continuar com dívida. Houve uma maré verdadeiramente das pessoas sentirem que a sua vida estava a ficar completamente estilhaçada e a dirigirem-se às pessoas que conheciam responsáveis pela política, portanto sim, muito.

**O contacto é muito mais frequente na campanha eleitoral ou mantém-se frequente durante a legislatura?**

O Bloco tinha uma espécie de iniciativa já montada, que desde início começou a fazer, que era “o Bloco presta contas”, em que os deputados organizavam reuniões num sitio público e falavam das iniciativas que tinha apresentado, as pessoas sentavam-se, ouviam e faziam sugestões de novas iniciativas. A partir de certa altura este tipo de iniciativa do “Bloco presta contas” tornou-se menos regular. Mas na campanha é uma imersão no contacto permanente, de manha há uma iniciativa, à tarde há outra e a noite há outra e, portanto, há um contacto permanente com o eleitorado. A campanha é a campanha, é mesmo assim, é estar-se num sitio almoça-se com não sei quem, janta-se com o outro, faz-se um comício. A campanha sim é muito mais o contacto com os cidadãos, isso sem dúvida. Mas menos capacidade, por exemplo, de responder aos emails e de dar seguimento a isso. O trabalho parlamentar de alguma forma nesse momento não existe.

**Em relação às organização e grupos de interesse, quais eram as associações ou grupos com que o Bloco tinha mais contacto?**

Há um conjunto de atores que já estão institucionalizados, ou seja, sindicatos, associações representativas de sectores profissionais, interesses, que já têm uma história, já são uma instituição, já são uma organização, e que, portanto, sucessivamente ou sobre iniciativas legislativas ou sobre matérias que querem reivindicar ou pedem reuniões aos grupos parlamentares ou são chamados à assembleia para se pronunciarem sobre uma determinada iniciativa. E, portanto, aquilo já está muito rodado. Depois existe o caso das petições, que é um bocadinho diferente, que são cidadãos que não têm nenhuma organização que conseguem um número de assinaturas, apresentam a sua petição na AR. O que acontece com as petições é que se é um cidadão que conseguiu 4 ou 5 mil assinaturas, mas é assim uma coisa que não se está bem a ver o que vai dar, eles são recebidos em geral em reuniões que são feitas à hora de almoço por um deputado de cada grupo parlamentar, é uma espécie de grupo de trabalho que acompanha as petições e os deputados vão estando presentes. às vezes aquilo é uma espécie quase de pró-forma, os deputados sentam-se, a pessoa fala, há quem faça uma ou duas perguntas e pronto e depois aquilo acaba, vai-se para casa, a petição acaba por ser discutida seis meses depois. nessa discussão em geral, eu não sei como é que é agora a grelha de tempos do parlamento, mas nas petições era 3 minutos para cada grupo parlamentar. Muitas vezes essas petições nem sequer têm nenhum projeto de lei associado, ou seja, nenhum grupo parlamentar aproveita aquela petição para apresentar um projeto de lei, portanto as coisas morrem. Eu tenho a sensação que as pessoas ficam um bocadinho frustradas. Nós no Bloco fazíamos muita questão de tentar estar sempre presente nessas reuniões porque às vezes acontecia chegar o peticionário e estarem dois deputados e não aparecer mais ninguém.

**E em relação a grupos como os sindicatos, organizações patronais, ordens profissionais, como funciona o contacto?**

Há digamos que dois tipos, ou eles pedem uma reunião com o grupo parlamentar para apresentar um determinado caderno reivindicativo ou problema ou por vezes é quase uma espécie de tentativa de lançar na comunicação social um determinado assunto, o partido pede uma reunião com aquele sindicato e portanto diz que quer discutir o problema, por exemplo, na área da educação, precariedade dos professores, pede uma reunião com o sindicato com a FENPROF, vai, reúne com ele durante 45 min, à saída tem a comunicação social que lhe permite lançar o assunto e dizer: viemos consultar, falamos sobre isto e agora vamos lançar um projeto que procure responder, as pessoas do sindicato também falam e portanto faz se um bocadinho este jogo. Uma das coisas que apesar de tudo é bastante útil para o trabalho dos deputados é que sindicatos e associações de sector como têm organizações montadas, estruturadas, relativamente grandes e com história, por exemplo, pegam numa iniciativa legislativa do governo, imagine um decreto de lei lançado pelo governo e fazem uma critica ponto por ponto e isso as vezes é útil para guiar o trabalho do deputado porque estão ali uma serie de criticas que já estão bem claras e portanto esse trabalho que eles têm porque têm advogados que trabalham nos sindicatos, com grupos parlamentares que são relativamente pequenos, como é o caso do Bloco esse trabalho extra é muito útil com as instituições do sector.

#### **E esta relação é mais formal ou informal?**

Conforme os casos, ou seja, há pessoas com quem depois quase se estabelece uma espécie de camaradagem, porque se anda numa luta comum, de investimento público na educação ou na saúde, acompanha-se aquela situação ou um determinado líder sindical percebe que há ali um esforço de um partido para forçar aquela discussão e de alguma forma também acompanha, portanto há informalidade e formalidade e tudo ao mesmo tempo.

#### **Mas é preciso escrever uma carta formal por escrito a pedir uma reunião, por exemplo?**

Não, não. A carta aparece sempre. A FENPROF pede uma reunião com o grupo parlamentar com o BE para lhe apresentar as suas preocupações no que toca ao orçamento de estado no investimento na educação. Há essa formalidade sempre. Mas depois há um outro conjunto [de contactos], sempre cuidado, porque os partidos, os sindicatos, as instituições e associações mantêm a sua autonomia e não querem também perder isso nem parecer uma espécie de bengala uns dos outros e, portanto, mantem-se sempre um certo cuidado. Mas às vezes há telefonemas que se fazem: eu não estou bem a perceber o que está a acontecer não sei onde... E pronto para esclarecer alguns pontos também existe essa informalidade.

#### **Há outro tipo de iniciativas para manter este contacto como por exemplo convites para participar em reuniões do partido, conferências conjuntas?**

Sim, ou seja, uma associação convida todos os grupos parlamentares para falar sobre a justiça, a associação sindical dos juizes, e vão lá todos, ou então o partido organiza um fórum, uma reunião dedicada ao tema da justiça e pede por favor à associação que envie um representante dos trabalhadores do sector. existe esta troca de participações.

#### **A relação com os sindicatos mudou durante a crise?**

Não sei se mudou, ou seja, o Bloco como tem uma agenda muito ligada à capacidade de atribuir

uma nova dignidade ao trabalho e ao relançar de políticas de segurança no trabalho, sempre teve uma posição próxima dos sindicatos, sempre teve uma espécie de colaboração, não creio que tenha havido uma alteração.

### **Nem com a CGTP nem UGT?**

Não propriamente, até porque durante o período da crise pela primeira vez a UGT participa em greves gerais e isso até permitiu uma aproximação com a UGT e houve momentos curiosos do Bloco estar com dirigentes nacionais em piquetes de greve nomeadamente na carris à meia-noite para não deixar os autocarros sair e manter a greve geral e o delegado sindical que está a tentar convencer o trabalhador a não avançar com o autocarro era da UGT e portanto aí criou-se uma espécie de cumplicidade engraçada com um delegado sindical da UGT que não costuma ser tão próximo das áreas mais radicais de esquerda do Bloco que é mais próximo da CGTP.

### **Que anteriormente não costumava acontecer?**

Não tanto, a UGT assinou tantos acordos de concertação social que levaram a precariedade...

### **A seleção dos candidatos e elaboração das listas como é feita?**

Há cruzamentos de várias linhas, ou seja, por um lado ter representatividade de vários grupos sociais, profissões, áreas de conhecimento, ter representatividade em termos de idade e em termos de género e também aquilo que são dirigentes de partido importantes que têm trabalho feito e, portanto, todas estas linhas se vão cruzando. Ou seja, ter mulheres, jovens trabalhadores, gente de serviço público, gente da investigação, pequenos empresários e depois misturar isso tudo com capacidade de trabalho, capacidade de mobilização, portanto vai se cruzando estas várias linhas.

### **Qual é a intervenção dos militantes e das estruturas de base e dos líderes neste processo? A última palavra cabe ao líder?**

Não, não cabe ao líder. Ou seja, há um coordenador que funciona com uma imagem mediática e obviamente tem um enorme peso pelas capacidades das pessoas, neste caso o Francisco Louçã tinha uma enorme preponderância pela forma como é. Mas, o Bloco tem uma lógica de direção muito colegial. O líder se não conseguir convencer os outros não vai a lado nenhum. Já não me consigo bem lembrar. Mas durante um tempo aquilo que se fazia era: nos círculos eleitorais de Lisboa, Porto, Setúbal e se não me engano Algarve, a mesa nacional, que é digamos que o parlamento do Bloco, o sítio de onde vem a representação dos distritos e das áreas de trabalho, a mesa nacional votava já não sei se eram os primeiros cinco/seis candidatos, votação definitiva conforme as discussões que se iam fazendo com as distritais e a direção nacional do partido. E o resto da lista era construído pela distrital. Nos outros círculos acho que a mesa nacional só votava o cabeça de lista. Ou seja, há um cruzamento entre aquilo que são as indicações e as escolhas dos distritos e a escolha nacional de todo o partido e, portanto, a forma de legitimar era isso havia uma votação em mesa nacional que escolhia os principais rostos, depois a lista era construída pelos distritos, mas há sempre problemas quando se fala nomes, há sempre disputas,

troca, isso existe sempre.

**E como funciona no caso das recandidaturas? Se um deputado desejar continuar, a re-seleção é automática?**

Ninguém se coloca na posição mantenha-me na lista porque eu quero ficar há pessoas que eram óbvias, ou seja, os principais dirigentes do partido que tinham força interna, correntes organizadas, estrutura, estariam enquanto quisessem estar porque tinham força interna dentro do partido. Nunca se colocou, se não numa ou outra vez, a questão de haver um deputado que claramente não tinha vocação para aquilo, sendo excelente noutras coisas não tinha vocação para o trabalho parlamentar mas que era uma figura importante na área e colocou-se ali um problema, mas isso são sempre situações que vão sendo geridas, alguém mais próximo que dá um toque e vai dizendo se calhar neste momento era bom renovar a lista e entrar outra pessoa, mas ele também ficaria e eventualmente podia ser que lá fosse fazer um período . é uma questão complicada depois quando há correntes dentro do partido que estão e querem coisas diferentes e querem colocar as suas pessoas, esse problema gera tensões internas é mesmo assim.

**O desempenho é avaliado e é tido em conta?**

Sim, claro, capacidade de trabalho, de prestação, porque o parlamento é uma coisa muito performativa, não basta fazer um enorme trabalho de gabinete, de escrever documentos absolutamente extraordinários é uma coisa muito performativa a política dentro do parlamento aquilo é uma arena em que se representa num duplo sentido: representa-se as pessoas cá de fora e representa--se lá dentro o conflito. E, portanto, tudo isso é avaliado.

**Essa avaliação é feita de forma quantitativa?**

De forma nenhuma. Capacidade de trabalho conta, da pessoa estar empenhada, porque é muito exigente, pelo menos para os grupos parlamentares mais pequenos que se esforçam por tomar iniciativas o trabalho parlamentar é muito exigente, porque é receber coisas, é responder, é estar sempre a produzir, a andar a ter reuniões à noite aqui e ali, portanto é muito exigente, portanto ter capacidade de trabalho é fundamental. Ter um deputado preguiçoso num grupo parlamentar pequeno é impossível porque não funciona. Agora é sempre uma avaliação subjetiva. No Bloco nós tivemos a certa altura, exatamente quando eu ia sair, quando eu decido que quero largar o parlamento, havia o problema da minha substituição, e na altura havia uma série de pessoas na lista do Bloco que eram pessoas que tinham sido colocada lá está pela sua representatividade, umas eram professoras, outros eram trabalhadores do serviço público, havia ali várias formas de representação, jovens, mulheres, mas no momento que nós estávamos a viver no país, que era uma crise financeira, a Mariana Mortágua estava em 14ª lugar e nós fizemos um debate interno e a Mariana Mortágua era assessora parlamentar portanto conhecia já muito bem o parlamento, acompanhava a comissão de orçamento e finanças há muitos anos. E, portanto, tinha muita experiência, era economista, era a pessoa certa para naquele momento entrar, mas foi uma questão muito complicada porque no fundo passa-se por cima tipo de 8 pessoas a quem se vai pedir por favor desiste do teu lugar de deputado para entrar a Mariana porque é a pessoa certa para qualificar o Bloco neste momento. E foi um debate muito difícil dentro do Bloco porque as pessoas sentiram que tinham estado na

lista para encher e que verdadeiramente quando era para fazer o trabalho não as queriam, portanto foi muito complicado.

**Dos instrumentos disponíveis (perguntas ao Governo, projetos de lei, debates quinzenais...) qual o mais eficaz e o mais utilizado para influenciar a agenda política/mediática?**

São as intervenções em plenário. As intervenções em plenário são aquilo que é captado pela imprensa, pela comunicação social, um bom soundbite entra no telejornal e, portanto, aquilo ganha amplitude. Depois há os outros, as perguntas são importantes, servem muito também para responder a solicitações de instituições, organizações e cidadãos. (...) isso é muito bom para fazer um follow-up de trabalho e de ligação com os cidadãos. E depois há um conjunto de outros instrumentos que é a apresentação de projetos, ver quando é que o projeto é agendado, há projetos que são feitos e que nos permitem, num determinado contexto político em que está a acontecer determinada coisa, e que dizemos vamos fazer um projeto sobre isto e dizemos na comunicação social “apresentámos o projeto” e depois ele fica tipo em banho maria e nunca mais é discutido. Serviu para responder aquela situação mediática. E depois verdadeiramente aquilo que é isso que eu acho que permite captar as coisas para uma certa visibilidade e maior amplitude é tudo o que for possível fazer no plenário. Uma das coisas que o Bloco não conseguia fazer, porque não tinha o número suficiente de deputados, só consegui na legislatura de 2009 e agora consegue outra vez, são as apreciações parlamentares, ou seja, voltar a chamar um determinado projeto de lei ou decreto que foi analisado nas comissões que já foi votado e voltamos a trazê-lo a dizer nós queremos dizer sobre isto... isso as apreciações parlamentares quem não tem 10 deputados não consegue fazer ou seja não consegue trazê-lo de volta à ribalta. Nós tínhamos 8 deputados na legislatura mais longa e eu andava sempre a tentar namorar alguém que assinasse connosco uma apreciação parlamentar para conseguir voltar a trazer aquele tema ao plenário, porque o plenário é onde as coisas acontecem isso foi uma coisa que eu aprendi muito com o Francisco Louçã ou seja trazer sempre a coisa para o plenário cada vez que um deputado faz uma intervenção se temos tempo fazer uma pergunta estar sempre a existir naquele espaço de representação que é aquele que chega ao público, muito mais do que as comissões. O trabalho das comissões, às vezes estamos a discutir às 22h da noite, não vale a pena estar a dar uma descompostura ideológica a um deputado do PSD, ninguém está a ouvir aquilo, é como se não existisse. Não vale a pena estar a conversar, não o vou convencer.

**Quanto às perguntas colocadas durante os debates quinzenais com o Primeiro Ministro, há uma discussão interna no partido sobre o conteúdo das perguntas?**

No grupo parlamentar. Os grupos parlamentares têm reuniões semanais em que preparam a agenda, distribuem trabalho, tu respondes a esta iniciativa, foi agendado este projeto, ainda conseguimos apresentar algum para ser discutido conjuntamente? E depois os debates quinzenais com o PM esses tinham mesmo uma reunião própria em que se faz discussão, vamos a este tema, vamos aquele tema, tu fazes esta pergunta, eu faço aquela, faz-se essa distribuição de trabalho.

**Essa reunião é com todo o grupo parlamentar?**

Com todo o grupo parlamentar, e alguns assessores.

Eu às vezes pergunto-me como é que os grandes grupos parlamentares fazem discussões aprofundadas com 80 deputados. Nós eramos poucos, portanto aquilo permitia ali algum

trabalho aprofundado e muita interligação entre as pessoas muita entreada e, portanto, fazíamos: deputados, assessor de imprensa e alguns assessores das áreas que naquele momento estavam a ser mais discutidas. exatamente para se perceber como é que se vai tratar aquele assunto.

**Relativamente às perguntas ao Governo, até que ponto o conteúdo das perguntas é decidido pelo grupo parlamentar/partido ou pelo deputado a nível individual?**

É mais individual, claro que depois as pessoas pedem ajuda ou dizem vi aqui esta notícia vê lá se isto é útil para ti, já viste esta declaração, podes pegar nisto, ou estou a pensar fazer uma coisa assim o que achas, mas depois disso é mais quando a pessoa já está a trabalhar sobre a pergunta porque ao início a discussão é muito tu ficas com este tema, tu ficas com aquele. Depois se for preciso e ainda tivermos tempo tu podes vir e fazer ainda não sei quê. Porque tem sempre a ver com a gestão do tempo que são sempre muito estritos.

**Como é definido no seio do partido o tema sobre o qual colocar uma pergunta ao governo? Essa decisão é articulada com as propostas do programa eleitoral ou depende mais do momento político? Porquê?**

As perguntas é o que vai chegando, é o tema político do momento, vamos fazer então a pergunta ao momento porque não temos como reagir a isto. A única maneira é dizer: fizemos uma pergunta ao governo, digam aos jornalistas que fizemos; ou então a questão dos cidadãos ou das organizações que nos dizem está a acontecer isto então nós fazemos a pergunta.

**Portanto recebem contributos da sociedade civil?**

Sim, sim. Nas perguntas muito.

**Os novos deputados têm maiores dificuldades em promover perguntas?**

Claro, é uma aprendizagem. De facto, é uma aprendizagem das rotinas, dos tempos, da forma como se faz. O Bloco como tinha um grupo parlamentar relativamente pequeno trabalhava muito com assessores, tínhamos uma assessora para a área da educação, justiça, portanto o deputado novo que chega em geral tem um assessor que já conhece um bocadinho o funcionamento parlamentar e que o vai ajudando. Há medida que há mais deputados há menos assessores. Havia um momento em que eu fazia comissão de saúde, educação e ainda dava uma perninha na justiça, era impossível fazer isto tudo se não tivesse assessoria, quando somos mais conseguimos ficar com uma área, portanto temos muito mais tempo dedicado aquilo, já não precisamos de tantos assessores, agora os deputados quando chegam sim há uma aprendizagem de tudo.

**Como se explica as diferenças no número de perguntas efetuadas (governo/oposição; partidos menores vs grandes...)**

**O tamanho do grupo parlamentar influencia a quantidade de perguntas efetuadas?**

Eu acho que não, vá ver as estatísticas, os grupos parlamentares que fazem mais perguntas é quem tem aquela ética de trabalho militante, é o PCP e o Bloco, que apresentam mais projetos, fazem mais perguntas, exceto quando o CDS faz um truque: perguntava às autarquias, pronto havia 318 perguntas que eram exatamente idênticas, só mudava o nome do concelho e aí saltava nas estatísticas das perguntas. Mas é uma coisa um bocadinho...



É uma prática comum no parlamento?

sim, sabemos que no final do ano parlamentar os jornais vão fazer uma radiografia baseando-se nas estatísticas, quantos projetos apresentou, quantas perguntas fez, quem é o deputado que faltou. Nós tínhamos muito ética de não faltar, em geral marcar tudo para dias que não são de plenário e estar sempre que possível sentado a trabalhar no plenário, que é uma coisa particularmente desgastante. Temos uma coisinha assim meio inclinada, temos papéis, está barulho à nossa volta, mas é aquela coisa que as pessoas ligam o canal da AR e nós temos que lá estar, não podemos ter uma bancada vazia, é a ética de estar sentada.

**Em que medida notou que a ocorrência da crise económica em 2010 alterou a forma e temas das perguntas ao governo? Há um maior enfoque em assuntos diferentes dos assuntos pré-crise? Da parte de alguns partidos em especial? E o seu partido: manteve o enfoque no mesmo tipo de assunto?**

Sim, a questão da precariedade, da crise financeira, a questão europeia, a questão europeia emerge com uma potência imensa, a questão da dívida, emigração, ataque aos pensionistas, as coisas tornam-se muito mais violentas no confronto em plenário. Porque a situação da vida das pessoas era muito dura e, portanto, tudo se torna muito mais agressivo.

**Em todos os partidos ou especificamente para o Bloco?**

Os partidos que têm vocação de poder têm as suas bancadas constituídas... de alguma forma o parlamento é verdadeiramente democrático no sentido em que é representativo das categorias portuguesas, em certo sentido a bancada do PS é muito constituída por gente que fez carreira principalmente nas instituições públicas (diretores gerais da segurança social, diretores de escola, gestores hospitalares do SNS, alguns advogados), é uma parte ligada às profissões técnicas do estado; o PSD é mais gente que veio de câmaras municipais, alguns advogados dos grandes escritórios de advogados, outros pequenos, mas são gente que de alguma forma estão direcionados para o exercício do poder. Isso significa que de alguma forma quando estão na oposição não estão verdadeiramente interessados no trabalho parlamentar e, portanto, quando chega a crise, o PS digamos que se deixa ficar, com António José Seguro, também era a sua estratégia, da austeridade inteligente, que não era muito mobilizadora, o PS não faz a escolha de entrar numa mobilização de confronto com o governo de Passos Coelho. A bancada do PS fica assim meio mortíça. Enquanto que PCP e Bloco estão muito numa de, até porque o PS não está a fazer confronto, vamos cavalgar a raiva dos funcionários públicos, dos pensionistas, dos jovens precários. Eu acho que é o PCP e o Bloco que entram numa maré de confronto direto, enquanto o PS, porque a bancada do PS e PSD é sempre assim quando está na oposição, está meio moribunda, nunca apresentam projetos, estão lá para fazer outra coisa que eu não sei bem o que é. E, portanto, é isso, acho que é a corrente de esquerda é que procura um confronto mais violento durante a crise. Também pela questão europeia porque o PS fica ali: o que é que se faz sobre as imposições da europa, temos que respeitar, mas... Essa violência vem das bancadas de esquerda.

**Isso reflete-se nas perguntas?**

Não, as perguntas são muito formais.

**E em relação aos temas que referiu que se acentuaram durante a crise, isso reflete-se nas perguntas?**

Sim, acho que isso volta às perguntas, mas as perguntas ou são para responder a um determinado cidadão ou são para apresentar na comunicação social.

Porque se não a pergunta quase que não tem interesse nenhum, ninguém lhe liga porque é lá o chefe de gabinete do Sr. Primeiro Ministro que responde o que lhe apetece responder e aquilo não tem interesse. Aquilo para ser utilizado para alguma coisa ou é para responder a um determinado cidadão ou é para apresentar na comunicação social, não é para esclarecimento pessoal a não ser que o deputado queira fazer um projeto de lei sobre uma área e lhe faltem dados e aí pode solicitar ao ministério.

**Como é definida a distribuição dos deputados pelas comissões parlamentares? Quais são os critérios? Os deputados escolhem as comissões da sua preferência?**

É tida em conta: primeiro as profissões dos deputados, no BE havia a circunstância de que com os deputados novos eles não tinham propriamente uma profissão, eu vinha de investigação em Sociologia, o José Soeiro também, embora tenha feito uma tese de doutoramento sobre precariedade e por isso foi parar ao trabalho. Mas, tem a ver com as suas experiências profissionais. E depois uma gestão política, pelo menos dentro do Bloco (não me vai citar porque a entrevista é anónima), que tinha a ver com a força das correntes políticas, ou seja, por exemplo, a comissão de orçamento e finanças é uma comissão determinante para toda a política e toda a discussão e, portanto, as correntes mais fortes dentro do Bloco tentavam ficar com essa comissão, independentemente às vezes do mérito ou da capacidade profissional dos deputados. Era uma tentativa porque tem tanta visibilidade, é tão importante que querem colocar as suas pessoas.

**Portanto o processo é mais estruturado, é decidido para onde os deputados vão, mais do que uma indicação de vontade da parte dos deputados?**

O coordenador depois de consultar informalmente os vários poderes internos apresenta uma proposta, depois pode haver um deputado que diz eu gostava de ficar com.... bom não sei vamos ver, se calhar podes ficar como deputado suplente. Quando o não sei quantos não puder ir tu vais lá, que era uma espécie de prémio de consolação. Há sempre umas batalhas internas sobre liderança parlamentar, orçamento e finanças e a 1ª comissão, porque é a do regime, constituição, tribunais, sistema político, tem todo o peso da instituição, são os cargos principais. Depois os outros, políticas sociais para o Bloco é importante, porque os partidos de esquerda têm de facto uma grande ligação com os funcionários públicos que fazem serviço público na educação e na saúde e, portanto, isso permite também mobilizar pessoas que também são relativamente importantes. Depois há comissões que ficam meio esquecidas, por exemplo, agricultura, pescas e ordenamento do território foi sempre uma comissão em que o Bloco nunca teve ninguém que pegasse naquilo com força e com entusiasmo, portanto ficou sempre ali meio perdido. Enfim é todo um mundo.